



**AMG Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 11.224.676/0001-85

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	104.518	447.957
Contas a receber	4	113.883	91.463
Estoques	5	159.287	182.296
Tributos a recuperar	6	36.188	16.601
Instrumentos financeiros derivativos	24	453	367
Outros ativos circulantes		22.930	17.766
Total do ativo circulante		437.259	756.450
<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	24	180	12
Depósitos judiciais	7	7.869	7.006
Tributos a recuperar	6	21.547	13.027
Outros ativos não circulantes		196	88
Realizável a longo prazo		29.792	20.133
Imobilizado	8	793.662	664.746
Intangível	9	40.805	49.624
Total do ativo não circulante		864.259	734.504
Total do ativo		1.301.517	1.490.954
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	68.901	63.417
Empréstimos e financiamentos	11	10.191	61.979
Empréstimos de partes relacionadas	18	-	7.939
Salários, provisões e contribuições sociais		27.919	22.956
Impostos, taxas e contribuições fiscais a recolher		11.118	13.065
Imposto de renda e contribuição social	14	34.021	89.841
Provisão para reabilitação ambiental	13	1.974	1.499
Instrumentos financeiros derivativos	24	852	1.478
Adiantamentos de clientes	15	26.182	60.877
Dividendos a pagar		21.819	218.275
Outras obrigações circulantes		5.875	9.795
Total do passivo circulante		208.854	551.121
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	1.300	10.894
Empréstimos de partes relacionadas	18	-	71.535
Provisão para reabilitação ambiental	13	37.384	20.922
Instrumentos financeiros derivativos	24	5	975
Adiantamentos de clientes	15	81.532	104.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	15.084	27.668
Provisão para riscos	12	36.802	28.195
Obrigações com sócio participante em SCP	16	33.038	-
Outras obrigações não circulantes		494	410
Total do passivo não circulante		205.640	264.953
Patrimônio líquido	17		
Capital social		372.825	372.825
Pagamento baseado em ações		(4.818)	(2.629)
Ajuste de avaliação patrimonial		(11.993)	35.694
Reservas de lucros		531.009	268.990
Total do patrimônio líquido		887.023	674.880
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.301.517	1.490.954

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	19	2.086.880	1.947.531
Custo das vendas	20	(728.297)	(691.926)
Lucro bruto		1.358.583	1.255.605
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(173.542)	(192.256)
(Perda) Reversão de provisão para perda esperada do contas a receber	4	(1.132)	(148)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(12.816)	195
		(187.490)	(192.209)
Resultado líquido antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		1.171.092	1.063.397
Receitas financeiras	23	6.449	10.358
Despesas financeiras	23	(4.640)	(10.638)
Variações cambiais, líquidas	23	(21.419)	(12.211)
Resultado financeiro		(19.610)	(12.491)
Resultado líquido antes dos impostos		1.151.483	1.050.906
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(380.662)	(258.085)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	12.348	(53.290)
Lucro líquido do exercício		783.169	739.531
Lucro por ação (Reais por mil ação)		1,44	1,36

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		783.169	739.531
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	17	(87.612)	(14.596)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Instrumentos financeiros derivativos líquidos de IR e CS - Hedge accounting	24	(455)	-
Resultado abrangente do exercício		695.557	724.935

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A AMG Brasil S.A. ("AMG Brasil" ou "Companhia"), é parte do Grupo AMG, sediado em Amsterdã, Holanda, e foi constituída em 03/11/2009 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado por meio de uma cisão parcial do patrimônio líquido da sua parte relacionada LSM Brasil S.A., entidade essa que também pertencia ao Grupo AMG. Posteriormente, em 30/09/2020, a AMG Brasil S.A. incorporou a LSM Brasil S.A. as suas operações. Sua denominação social inicial era CIF Mineração S.A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/02/2013, foi aprovada a alteração daquela denominação social para AMG Mineração S.A., e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/07/2020, foi aprovada a alteração daquela denominação social para AMG Brasil S.A. A AMG Brasil tem por objeto o desempenho das atividades de: (i) extração de minérios metálicos, de pesquisa, lavra e exploração de jazidas minerais, em seu próprio nome ou em nome de terceiros; (ii) indústria, comércio, importação e exportação de minérios, produtos químicos e metalúrgicos; em especial a produção de ferroligas e de ligas de alumínio; (iii) operação de centrais geradoras e/ou cogeneradoras de energia elétrica, produção e comercialização, no mercado livre, de energia elétrica gerada pela Companhia incluindo vapor, energia mecânica e/ou outros produtos da co-geração; (iv) o agenciamento de importação e exportação, além da prestação de serviços administrativos, bem como a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A Companhia tem sede na cidade de Nazareno, no Estado de Minas Gerais, na Rodovia LMG 841, km 19, Bairro Volta Grande. A AMG Brasil é controladora integral da AMG Mineração de Lito S.A., entidade atualmente mantida em estado dormente, sem operação, e com ativos e passivos no montante de R\$10. Por esta razão, esta entidade é considerada imaterial e não há apresentação de saldos individuais e consolidados, conforme requerido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A AMG Brasil é sócia ostensiva, com 55%, na SCP Tântalo, entidade com operação iniciada em 01/01/2023, em parceria com a JX Nippon Mining & Metals Brasil S.A., ("JX Nippon") na forma de Sociedade em Conta de Participação, para operar na produção e venda de concentrado de tântalo derivado da Mina de Volta Grande, de propriedade da Companhia. Vale ressaltar que a Companhia é fortemente influenciada pela demanda nos mercados dos Estados Unidos, Europa e China, especialmente quanto ao seu principal produto em relação a faturamento e lucratividade, o espodumênio (concentrado de lito) e que a volatilidade no mercado deste material pode afetar significativamente suas demonstrações financeiras.

**2. Base de preparação e principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras tiveram sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 27/03/2024. **Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos ao valor justo (instrumentos financeiros derivativos). **Principais políticas contábeis:** Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas a seguir. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais. A moeda funcional da Companhia é o Dólar Norte Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Conversão para moeda de apresentação:** A Administração determina que a moeda funcional da AMG Brasil S.A. é o Dólar Norte Americano, pois entende que esta é a sua principal unidade monetária, visto que suas principais receitas e custos vinculados à sua atividade, bem como opções de financiamento, são denominados nesta moeda. A conversão dos saldos da moeda funcional (Dólar Norte Americano) para a moeda de apre-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Pagamento		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		social	em ações	legal	de retenção de lucros	financeiros	zado na constituição de SCP		
Saldos em 01/01/2022		372.825	(2.928)	5.867	(72.123)	-	-	50.290	353.931
Adição de reserva para programa de opção de compra de ações	17	-	1.079	-	-	-	-	-	1.079
Pagamento baseado em ações	17	-	(780)	-	-	-	-	-	(780)
Ajuste acumulado de conversão	17	-	-	-	-	-	(14.596)	-	(14.596)
Distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos	17	-	-	-	(404.286)	-	-	-	(404.286)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	739.531	739.531
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	36.977	702.554	-	-	-	(739.531)
Saldos em 31/12/2022	17	372.825	(2.629)	42.844	226.146	-	-	35.694	674.880
Adição de reserva para programa de opção de compra de ações	17	-	1.237	-	-	-	-	-	1.237
Pagamento baseado em ações	17	-	(3.427)	-	-	-	-	-	(3.427)
Ganho não realizado em aporte feito por sócio participante em SCP	16	-	-	-	-	-	40.380	-	40.380
Ajuste acumulado de conversão	17	-	-	-	-	-	(87.612)	-	(87.612)
Instrumentos financeiros derivativos - hedge accounting	24	-	-	-	-	(455)	-	-	(455)
Distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos	17	-	-	-	(521.150)	-	-	-	(521.150)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	783.169	783.170
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	31.721	751.449	-	-	-	(783.169)
Saldos em 31/12/2023	17	372.825	(4.818)	74.565	456.444	(455)	40.380	(51.918)	887.023

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Fornecedores		(8.681)	(28.650)
Lucro líquido do exercício		783.169	739.531	Salários, provisões e contribuições sociais		4.963	8.802
Ajustes por:				Impostos, taxas e contribuições a recolher		(1.948)	5.625
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	14	368.314	311.375	Provisão para reabilitação ambiental	13	-	(79)
Provisão para perda esperada de clientes	4	1.132	148	Adiantamentos de clientes		-	23.098
Atualização monetária de tributos a recuperar	23	(313)	(365)	Provisão para riscos	12	-	(68)
Ganho com créditos fiscais de PIS & COFINS em ação judicial (principal e juros)	23	-	(8.149)	Outras obrigações		(3.841)	4.663
Atualização monetária de depósitos judiciais	7	(705)	(239)	Pagamento baseado em ações		(3.427)	(779)
Depreciação e amortização	8/9	31.153	29.132	Imposto de renda e contribuição social pagos		(130.702)	17.395
Baixa de ativo imobilizado e intangível	22	6	1.689	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(431.868)	(146.135)
Ganho na venda de ativo imobilizado para controladora	8	-	(3.428)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		650.871	975.269
Provisão para impairment de ativo imobilizado	22	445	50	Compra de ativo imobilizado	8	(204.365)	(127.456)
Prov. para ajuste de estoque a custo ou mercado e obsolescência	5	(2.615)	6.035	Compra de ativo intangível	9	-	(150)
Provisão para principal, multa e juros para riscos	12	8.634	4.333	Aporte feito por sócio participante em SCP	16	70.000	-
Provisão para recuperação ambiental e juros	13	2.417	1.578	Caixa utilizado nas atividades de investimento		(134.365)	(127.606)
Juros e swap de empréstimos e financiamentos	23	(1.153)	441	Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-
Juros sobre operação de mútuo	23	297	8.588	Liquidação de juros sobre empréstimos	11	(2.584)	(9.454)
Despesas com pagamento baseado em ações	17	1.237	1.079	Liquidação de principal sobre empréstimos	11	(60.632)	(148.116)
Variações cambiais	23	21.419	12.211	Liquidação de swap sobre empréstimos		283	(1.720)
		1.213.441	1.104.009	Liquidação de juros sobre mútuo	18	(8.203)	(13.496)
(Aumento) redução de ativos				Liquidação de principal sobre mútuo	18	(71.203)	(118.339)
Contas a receber		(98.981)	38.046	Dividendos pagos		(717.606)	(186.011)
Estoques		20.618	(17.577)	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(859.945)	(477.136)
Tributos a recuperar		(32.406)	(7.511)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(343.439)	370.526
Depósitos judiciais		(184)	(3.176)	Caixa e equivalentes no início do exercício	3	447.957	77.430
Outros ativos		(6.815)	(4.999)	Caixa e equivalentes no final do exercício	3	1.045.518	447.957
Aumento (redução) de passivos				Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(343.439)	370.526

sentação (Real) segue o seguinte critério: • Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço; • O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido durante o período corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas; • As receitas e despesas para cada demonstração do resultado são convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações. Quando não é possível utilizar a taxa efetiva da data da transação, a conversão é feita considerando-se a taxa média do mês em que a transação ocorreu; e • As variações cambiais resultantes dos itens acima são reconhecidas na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido. **b. Sociedade em Conta de Participação:** Atualmente a Companhia é sócia ostensiva de uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP"). SCPs são uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um "sócio ostensivo". É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os sócios participantes (todos os outros integrantes que não o sócio ostensivo) não têm participação na gestão dos negócios, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante o sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica. As operações da SCP Tântalo em 2023 são registradas em contas específicas no balanço patrimonial ("Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Estoques", "Tributos a recuperar", "Fornecedores", "Salários, provisões e contribuições sociais", "Impostos, taxas e contribuições fiscais a recolher", "Imposto de renda e contribuição social", "Provisão para riscos", "Imposto de renda e contribuição social diferidos" e "Obrigações com sócio participante em SCP") e na demonstração do resultado da Companhia ("Receita operacional líquida", "Custo das vendas", "Gerais e administrativas", "Imposto de renda e contribuição social corrente" e "Imposto de renda e contribuição social diferido"), na qualidade de sócio ostensivo. As parcelas referentes ao sócio participante de 45% são registradas na proporção de sua participação na SCP. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 4** - Ajuste de reconhecimento de receita (estimativa do teor, umidade e outras premissas nas vendas de tântalo e espodumênio) e perdas esperada do contas a receber (estimativa de perda esperada baseada no histórico e expectativas de perdas futuras). • **Nota explicativa nº 5** - Provisões para obsolescência (avaliação da expectativa de giro do estoque de alomoxarifado baseado no julgamento técnico dos responsáveis e idade dos estoques) e provisão para perda no valor líquido de realização dos estoques - custo ou mercado (avaliação da expectativa de perda baseada nas estimativas de teor e preço de realização dos estoques na data das demonstrações financeiras) e valor líquido de realização dos estoques; • **Notas explicativas nº 8 e 9** - Cálculo de impairment (estimativa de impairment requer uso de projeções cujas premissas incluem julgamento e dependem de estimativas de preços futuros de mercado, projeção de volume de vendas e custos, estimativas de utilização de reservas minerais e sua utilização, investimentos nos ativos fixos, dentre outras estimativas) e custo de remoção de estéril (vida útil da mina e relação estéril-mineril médio); • **Nota explicativa nº 12** - Provisão para riscos (determinação do prognóstico de perda e valores de processos em andamento); • **Nota explicativa nº 13** - Provisão para reabilitação ambiental (determinação da taxa de desconto, taxa de inflação e fluxos de caixa estimados para os custos de reabilitação ambiental); • **Nota explicativa nº 14** - Imposto de renda e contribuição social (expectativa de realização de diferenças temporárias cujas premissas incluem julgamento e dependem de estimativas de prazos e lucratividade, dentre outras estimativas); e • **Nota explicativa nº 17** - Opções de outorgas reconhecidas as quais compreendem programa de opção de compra de ações que apresenta premissas que incluem julgamento e dependem de estimativas de prazos e performance das ações do Grupo AMG. **d. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir

a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). • A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A mensuração do valor justo é aplicada na valorização dos instrumentos financeiros derivativos. **e. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando a Companhia cumprir a obrigação de desempenho estabelecida no contrato com o cliente. A obrigação de desempenho é cumprida quando ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, ou seja, no momento da entrega dos produtos. Portanto, a Companhia deve reconhecer a receita em um momento específico do tempo que é quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente ou quando as mercadorias são coletadas pelo cliente, a depender da condição contratual acordada entre as partes. Esta avaliação é realizada de forma individualizada para cada cliente ao final do exercício. A política comercial geral da Companhia não prevê variação de preço da transação mediante a cessão de desconto ou redução de preço por volume de produtos vendidos. Adicionalmente, nos contratos firm

continuação

**AMG Brasil S.A.**

ponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **i. Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Itens de ativo fixo são testados em relação a perdas por redução ao valor recuperável, quando da existência de indicadores de tais perdas, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Descrição	Vida útil média	
	2023	2022
Prédios e instalações	19 anos	17 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos	9 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Custos de remoção de estéril (*Deferred Stripping costs*): Em conformidade com o ICPC 18 - Custos de Remoção de Estéril (*Stripping*) de Mina de Superfície na Fase de Produção, os gastos com remoção de estéril da mina (*overburden*), são segregados em: **• Anteriores** ao início da operação (*Pre-stripping*); e **• Posteriores** ao início da operação (*deferred stripping costs*). Os custos de remoção de estéril (*deferred stripping costs*) decorrem do custo incorrido para remoção de estéril para acesso ao minério. Quando incorridos durante o estágio de produção em uma mina de superfície são capitalizados com base na relação estéril-minério esperada, estabelecida por meio dos estudos geológicos e plano de mina. Com base no último estudo elaborado pelo corpo técnico da Companhia, atualizado durante o último exercício, estabelece uma relação estéril-minério média para a vida útil da mina de 9,22:1,00 (9,20:1,00 em 2022). A vida útil da mina é baseada na recuperabilidade econômica de suas reservas, o que está diretamente relacionado com o plano de mina das áreas de extração. Desta forma, qualquer alteração verificada nas áreas de extração poderá resultar em mudanças na relação estéril-minério da mina até a conclusão do projeto (*life-of-mine ratio*). A determinação da relação para cada componente da mina é revisada periodicamente e a estimativa é ajustada, se julgado necessário. Alterações na estimativa da relação estéril/minério da mina são contabilizadas de forma prospectiva, da mesma forma como ocorre com outras estimativas contábeis. O montante dos custos com a remoção de estéril é baseado na relação estéril-minério, a qual representa o volume de estéril movimentado em relação ao volume de minério extraído a cada período. Essa relação estéril-minério (*strip ratio*) não é linear e varia em relação à média estabelecida para cada componente e/ou corpo de minério ao longo da vida útil da mina. Por esta razão, estabelecemos os seguintes critérios para reconhecimento dos custos de remoção de estéril e a capitalização dos mesmos: **• Quando a atual relação estéril-minério é maior do que a estimada, a proporção dos custos com remoção de estéril da mina é capitalizada ao final de cada período e amortizada ao longo da vida útil do componente ou corpo de minério, conforme aplicável; e** **• Em períodos em que relação estéril-minério é menor que a estimada para a vida útil do componente ou corpo de minério, conforme aplicável, os custos com o stripping são alocados no custo de produção do mês.** **j. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro da Companhia de despesas operacionais. Gastos com pesquisa (*Exploração e Avaliação*) e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa não vinculados ou que não sejam extensão de gastos de projetos já existentes e com viabilidade econômica existente são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com pesquisas para novas áreas associadas com projetos já existentes são capitalizados como gastos com exploração e avaliação até que seja concluída a avaliação final de viabilidade econômica e técnica dos projetos. A partir da viabilidade técnica e econômica tais projetos são classificados como gastos com desenvolvimento são capitalizados no imobilizado, uma vez que há viabilidade econômica comprovada e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **k. Instrumentos financeiros:** (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Instrumentos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **• Eventos contingentes que******

modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **• Termos** que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **• O** pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e **• Os** termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja detalhes nesta nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja o item (v) desta nota explicativa para detalhes sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira, quando aplicável. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa - VJORA:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **I. Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos** financeiros mensurados ao custo amortizado; e **• Ativos** de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos** de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e **• Outros** títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis, com base no esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• É** pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **• O** ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperada:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **•**

Dificuldades financeiras significativas da contraparte; **• Quebra** de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; **• Reestruturação** de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; **• A** probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **• O** desaparecimento de mercado ativo para o título, quando aplicável, por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. **m. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **n. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor presente dos fluxos de caixa de desembolso futuro para provisão para reabilitação ambiental, no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores significativos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como: taxa de juros, inflação, vida útil dos ativos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utilizou no ano de 2023 a taxa de desconto considerando a NTN-B de longo prazo adicionados do IPCA projetado para o mesmo período para ajustar a valor presente, a provisão para desmobilização de ativos. **o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da sua administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **p. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **• Receita** de juros; **• Despesa** de juros; **• Ganhos/perdas** líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; **• Perdas** por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); **• Ganhos/perdas** líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; **• Ganhos/perdas** decorrentes de ajustes a valor presente; **• Reclasseificações** de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **q. Benefícios a empregados:** (i) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Acordos de pagamento baseado em ações:** A Companhia, por meio de sua controladora, AMG Advanced Metallurgical Group N.V. ("AMG N.V."), concedeu a determinados administradores, membros da diretoria, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa de remuneração por meio de pagamentos baseados em ações ("Programa"). Os referidos participantes do Programa prestam serviços à Companhia e em troca recebem remuneração correspondente à valorização sobre instrumentos patrimoniais da Controladora, conforme limites e condições estabelecidas pelo Programa. Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação. O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atenderem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contemham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações **é reconhecido como despesa com um correspondente aumento** no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O valor da reserva **é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.** (iii) **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de plano de previdência privada com a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios aos seus administradores e empregados. O plano de benefícios é da modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão cujos benefícios a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado, formado pelas contribuições líquidas efetuadas ao plano. A Companhia responde por 100% do valor da contribuição mensal normal relativa a cada participante, e este por uma contribuição de 1% a 8% de seu salário mensal. De acordo com o contrato de previdência privada, os valores devidos pela Companhia referem-se somente ao custeio do plano, não sendo a mesma responsável por qualquer aporte a ser feito, no que tange à cobertura de eventuais déficits durante a fase de pagamento de benefícios. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Durante o exercício findo em 31/12/2023, as contribuições efetuadas ao plano de previdência privada oferecido pela Companhia totalizaram R\$2.044 (R\$1.727 no exercício findo em 31/12/2022), e foram registradas nas rubricas "Custos dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado, ou capita-

		AMG Brasil S.A.									
		Saldo em	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em	Instituição financeira	2023	2022	Captação	Vencimento
		01/01/2023			31/12/2023	31/12/2023					
<p>lizados, conforme a natureza do trabalho desempenhado por cada funcionário. r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26 e CPC 23 com data efetiva a partir de 01/01/2024); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06 com data efetiva em 01/01/2024); • Acordos de financiamento de fornecedores – "Risco Sacado" (alterações ao CPC 26 e CPC 40 com data efetiva a partir de 01/01/2024); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 com data efetiva a partir de 01/01/2024); e • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (alterações na IFRS 10 e na IAS 28 com prazos de adoção ainda não determinados).</p>											
<p><b>3. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Referem-se substancialmente à depósitos bancários, com a seguinte composição entre reais e outras moedas:</p>											
		2023	2022								
Caixa		1	3								
Bancos conta movimento no Brasil		2.058	1.950								
Bancos conta movimento no exterior (a)		93.481	445.506								
Aplicações financeiras (a)		8.978	498								
		104.518	447.957								
<p>Como sua moeda funcional da Companhia é o Dólar Norte Americano, parte significativa de seu caixa e equivalentes de caixa é mantido nessa moeda. Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia utilizou parte significativa dos valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa em seus projetos relacionados a Capex, para quitar empréstimos com terceiros e partes relacionadas, e na distribuição de dividendos, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8, 11, 17 e 18. (a) Durante o exercício findo em 31/12/2023, a taxa média de rendimento de valores aplicados e mantidos em conta movimento no exterior foi de 3,46% ao ano, em Dólar Norte Americano (0,62% ao ano durante o exercício findo em 31/12/2022). Outras informações acerca deste saldo na nota explicativa nº 24.</p>											
<p><b>4. Contas a receber:</b></p>											
		2023	2022								
Circulante		55.027	56.413								
Mercado interno		41.544	19.902								
Partes relacionadas (Nota 18)		20.234	17.045								
Provisão para perda esperada no contas a receber		(2.922)	(1.897)								
		113.883	91.463								
Não Circulante		17	17								
Mercado interno		(17)	(17)								
Provisão para perda esperada no contas a receber		-	-								
		113.883	91.463								
<p>A composição do saldo de contas a receber por vencimento está demonstrada a seguir:</p>											
		2023	2022								
Vencimento do saldo a receber		48.531	39.382								
A vencer		28.473	23.289								
1 a 30 dias		20.486	23.744								
31 a 60 dias		97.490	86.415								
Mais de 61 dias		-	-								
Vencidos		14.113	3.249								
Até 30 dias		2.276	106								
31 a 60 dias		5	46								
61 a 90 dias		2.938	3.561								
Mais de 90 dias		(2.939)	(1.914)								
Menos: Provisão para perda esperada no contas a receber		16.393	5.048								
		113.883	91.463								
<p>A Companhia monitora suas contas a receber em atraso de forma a identificar eventual risco de inadimplência, sendo o saldo de provisão para perdas esperadas no contas a receber composto por valores, cujas perspectivas de recebimento são consideradas remotas, tendo como base o histórico geral de recuperabilidade do contas a receber por tipo de produto e cliente (análise da perda esperada, conforme CPC 48). Não há recebíveis da Companhia dados em garantia a credores. Outras informações acerca deste saldo na nota explicativa nº 24.</p>											
<p><b>5. Estoques:</b></p>											
		2023	2022								
Produtos para revenda		2.157	2.987								
Produtos acabados		79.305	106.293								
Produto em processo		23.437	11.604								
Matérias-primas		21.799	30.454								
Matérias auxiliares		38.271	34.264								
Ajuste acumulados de conversão		(178)	4.813								
		164.791	190.415								
Provisão para obsolescência		(813)	(573)								
Provisão para valor realizável líquido		(4.631)	(7.546)								
		(5.504)	(8.119)								
		159.287	182.296								
<p>A movimentação da provisão para valor realizável líquido está demonstrada a seguir:</p>											
		2023	2022								
Saldo em 01/01/2022		-	(2.084)								
Adições		-	(18.601)								
Reversões		-	12.566								
Saldo em 31/12/2022		-	(8.119)								
Adições		-	29.528								
Reversões		-	(26.913)								
Saldo em 31/12/2023		-	(5.504)								
<p><b>6. Tributos a recuperar:</b></p>											
		31/12/2023	31/12/2022								
		Circu- lante	Não circu- lante	Total	Circu- lante	Não circu- lante	Total				
PIS/COFINS		9.984	16.277	26.261	258	5.119	5.377				
IRPJ		398	2.673	3.071	452	2.608	3.060				
CSLL		-	521	521	-	521	521				
ICMS (a)		25.806	2.076	27.882	15.892	4.779	20.671				
		36.188	21.547	57.735	16.601	13.027	29.629				
<p>(a) A Companhia mantém créditos fiscais no ativo não circulante cuja realização se dará em período superior a 12 meses, incluindo aqueles cuja destinação será a venda a terceiros, líquidos da provisão para perdas correspondente ao deságio esperado para quando esta transação ocorrer. Do montante total de créditos de ICMS no longo prazo, em 31/12/2023, a Companhia tem R\$670 (R\$890 em 31/12/2022), líquidos de provisão para deságio, já aprovados para venda.</p>											
<p><b>7. Depósitos judiciais:</b></p>											
		2023	2022								
Fiscais		7.738	6.641								
Trabalhistas		119	156								
Outros		12	208								
		7.869	7.006								
<p>Os principais depósitos judiciais correspondem aos de natureza fiscais, conforme sumarizados a seguir: • A Companhia foi intimada pelo DNP - Departamento Nacional de Produção Mineral para a cobrança da CFEM - Compensação Financeira para Exploração de Recursos Minerais do período de 01/01/1991 a 31/12/2000, em virtude da lavra e exploração da substância cassiterita. Objetivando suspender a exigibilidade do tributo, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$1.538. Em 31/12/2023 o montante atualizado é de R\$3.657 (R\$3.468 em 31/12/2022). Cabe ressaltar que foi constituída provisão para riscos fiscais para este processo na rubrica "Provisão para riscos", em montante equivalente ao depósito judicial. • Durante o exercício findo em 31/12/2022, a Companhia passou a discutir judicialmente a legalidade da cobrança de diferencial de alíquota de ICMS dos últimos 5 anos e, a partir da publicação da Lei Complementar nº 190, de 04/01/2022, com base no princípio da anterioridade anual. Objetivando suspender a exigibilidade do tributo, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$2.400. Em 31/12/2023 o montante atualizado é de R\$3.267 (R\$2.451 em 31/12/2022). Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia incorreu em R\$705 com atualização monetária de seus depósitos judiciais (R\$239 no exercício findo em 31/12/2022), registrados na rubrica "Resultado financeiro" na demonstração do resultado.</p>											
<p><b>8. Imobilizado:</b></p>											
		Saldo em	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em					
		01/01/2023			31/12/2023	31/12/2023					
Custo		7.793	-	-	400	8.193					
Terrenos		191.985	-	-	11.814	203.799					
Prédios e instalações		303.401	-	(446)	30.860	333.815					
Máquinas e equipamentos		3.479	-	(12)	178	3.645					
Móveis e utensílios		373	-	(190)	51	234					
Veículos		6.569	-	(136)	120	6.553					
Equipamentos de informática		14.519	-	-	-	14.519					
Provisão para reabilitação ambiental		590	-	(416)	604	778					
Direito de uso		142.755	198.309	-	(39.775)	301.289					
Imobilizado em andamento		(24.222)	(445)	-	-	(24.667)					
Impairment de ativos		44.229	6.056	-	-	50.285					
Custo de remoção de estéril		692.795	218.439	(1.200)	4.252	914.287					
<b>Total do custo</b>											
Depreciação		(47.870)	(8.879)	-	-	(56.749)					
Prédios e instalações		-	-	-	-	-					

continuação

AMG Brasil S.A.

Alíquota efetiva	(368.314)	(311.375)
Imposto de renda e contribuição social corrente	32%	30%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(380.662)	(258.085)
Os impostos correntes em aberto em 31/12/2023 correspondem à R\$34.021 (89.841 em 31/12/2022) os quais se esperam que sejam liquidados no 1º trimestre de 2024. Em 31/12/2023 e 2022, a composição do passivo com imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:	12.348	(53.290)

Diferenças temporárias	2023	2022
Instrumentos de hedge (Nota 24)	36.129	28.840
Tradução de não monetários para a moeda funcional	235	-
	(51.448)	(56.508)
	(15.084)	(27.668)

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Durante o exercício findo em 31/12/2022, a Companhia utilizou todo o saldo disponível de base de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social que possuía na compensação de lucro tributável e, portanto, não possui quaisquer valores reconhecidos em seu ativo. A movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		Saldo em 31/12/2023	
	2022	2023	Outros	Ativo	Passivo	Valor
Prejuízo fiscal de IR e base negativa de CS	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para reabilitação ambiental	3.740	1.128	-	4.868	15.190	(10.323)
Provisão para riscos	3.972	2.130	-	6.102	6.102	-
Impairment	8.219	151	-	8.370	8.370	-
Outras diferenças temporárias	12.909	3.880	-	16.789	17.076	(287)
Instrumentos de hedge	-	-	235	235	235	-
Tradução de não monet. para a moeda funcional	(56.508)	5.060	-	(51.448)	(51.448)	-
<b>Saldo líquido</b>	<b>(27.668)</b>	<b>12.348</b>	<b>235</b>	<b>(15.084)</b>	<b>46.973</b>	<b>(62.057)</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		Saldo em 31/12/2023	
	2022	2023	Outros	Ativo	Passivo	Valor
Prejuízo fiscal de IR e base negativa de CS	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para reabilitação ambiental	3.066	674	-	3.740	9.126	(5.386)
Provisão para riscos	4.120	(148)	-	3.972	3.972	-
Impairment	8.219	-	-	8.219	8.219	-
Outras diferenças temporárias	12.758	151	-	12.909	13.099	(189)
Instrumentos de hedge	-	-	-	-	-	-
Tradução de não monet. para a moeda funcional	(106.799)	50.291	-	(56.508)	(56.508)	-
<b>Saldo líquido</b>	<b>25.623</b>	<b>(53.290)</b>	<b>-</b>	<b>(27.668)</b>	<b>34.415</b>	<b>(62.083)</b>

15. Adiantamentos de clientes:

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		Saldo em 31/12/2023	
	2022	2023	Outros	Ativo	Passivo	Valor
Lito	103.333	159.776	-	-	-	-
Demais produtos	4.381	5.455	-	-	-	-
	107.714	165.231	-	-	-	-
Circulante	26.182	60.877	-	-	-	-
Não circulante	81.532	104.354	-	-	-	-

A Companhia reconhece a receita de venda de seus produtos conforme incoterms estabelecidos em cada transação. Por isso, o momento em que tais receitas são reconhecidas e onde o cliente efetua o pagamento podem apresentar significativa diferença. Tal fato ocorre principalmente nas vendas de espodumênio (divisão Lito), que tem a receita reconhecida quando da chegada do produto no porto de destino, mas são majoritariamente pagas anteriormente a esse momento. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia firmou contrato de venda futura de 200.000 toneladas de espodumênio com o cliente Yibin Tianyi Lithium Industry Ltd., a partir de 15/03/2024, por cerca de 5 anos. Em troca, o cliente efetua adiantamento de US\$20.000.000,00 à Companhia, que será compensado conforme entrega do produto nos primeiros 3 anos do contrato.

**16. Obrigações com sócio participante em SCP:** A SCP Tântalo é uma entidade formada em 22/12/2022, entre a AMG Brasil e a JX Nippon, na forma de Sociedade em Conta de Participação, para operar na produção e venda de concentrado de tântalo derivado da Mina de Volta Grande, de propriedade da AMG Brasil. Esta SCP passou a ter vigência a partir de 01/01/2023, tendo a AMG Brasil a participação de 55% e a JX Nippon a participação de 45%. Desta forma, a AMG Brasil é a sócia ostensiva da SCP Tântalo, com poder de decisão sobre a operação, e a JX Nippon é a sócia participante, não tendo qualquer controle sobre a operação. A SCP Tântalo não possui data de encerramento. Adicionalmente, seu lucro líquido, quando ocorrer, será dividido entre os sócios conforme sua participação acima mencionada, em adição ao participante também ter direito, nos primeiros 10 anos de operação, a um montante preferencial. Na inexistência de lucro líquido, a SCP Tântalo não terá obrigação de fazer qualquer pagamento a seus sócios. Como parte deste acordo, durante o exercício findo em 31/12/2023, a JX Nippon capitalizou a SCP Tântalo com R\$3.418 em máquinas e equipamentos e US\$14.000.000,00 (equivalente a R\$70.000) com caixa, enquanto a AMG Brasil contribuiu com a garantia de suprimento de pré-concentrado para a operação da SCP Tântalo além da sua expertise na produção de concentrado de tântalo. Tal aporte da JX Nippon gerou um ganho não realizado na AMG Brasil de R\$40.380 registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Durante o exercício findo em 31/12/2023, a participação do sócio participante no resultado da SCP Tântalo foi de R\$10.014. Este valor está registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

**17. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da AMG Brasil S.A. era de R\$372.825, representado por 542.840.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Participação
AMG Holding S.A.	542.840.966	100%

**Garantias:** Indiretamente, as ações da Companhia estão colocadas como garantia do *credit facility* do Grupo AMG, através de sua controladora, AMG Holding S.A. **Opcões de outorgas reconhecidas:** A Companhia possui um programa de opção de compra de ações para o qual foi constituída reserva para as opções de ações outorgadas no montante de R\$4.818 em 31/12/2023 (devedor de R\$2.629 em 31/12/2022). Tal reserva se deu, durante o exercício findo em 31/12/2023, pela adição para o programa no montante de R\$1.237 (R\$ 1.079 durante o exercício findo em 31/12/2022) e pagamento baseado em ações no montante de R\$3.427 (R\$780 durante o exercício findo em 31 de dezembro 2022). A Companhia utiliza simulações pelo método "Monte Carlo" para desenvolver uma avaliação dos prêmios para o programa de opção de compra de ações que leve em conta a volatilidade do preço. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, os prêmios de 2023, juntamente com os prêmios de 2021, foram convertidos em ações liquidadas no exercício findo em 31/12/2023. **Reserva de legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, limitada a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto social da Companhia para aplicação em investimentos destinados à expansão dos negócios. **Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social a Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 10% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, calculado nos termos da legislação em vigor. Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia distribuiu R\$50.516 em juros sobre capital próprio e R\$470.634 em dividendos, totalizando R\$521.150 (R\$32.923 em juros sobre capital próprio e R\$371.363 em dividendos, totalizando R\$404.286 durante o exercício findo em 31/12/2022).

**Ajuste de avaliação patrimonial: Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia contratou, mensalmente, contratos futuros para proteger seu risco de preço de alumínio primário, todos com vencimento aproximado de 90 dias, que é o período estimado entre a compra desta matéria prima, produção das ligas de alumínio, e sua venda. Tais contratos são designados como hedges de fluxo de caixa (vide nota explicativa nº 24). **Ganho não realizado na constituição de SCP:** O acordo entre a Companhia e a JX Nippon para criação SCP Tântalo gerou um ganho não realizado na Companhia de R\$40.380 registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (vide nota explicativa nº 16). **Ajuste acumulado de conversão:** Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, que determina que o efeito da conversão dos itens expressos na moeda funcional da entidade para sua moeda de apresentação, quando diferentes, seja reconhecido no seu patrimônio líquido. A Companhia registrou na rubrica "Ajustes acumulados de conversão" o montante referente ao efeito dessa conversão na data base das demonstrações financeiras. A variação registrada no exercício findo em 31/12/2023 foi devedora em R\$87.612 (devedora em R\$14.596 no exercício findo em 31/12/2022).

**18. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos e operações com partes relacionadas podem ser resumidos como segue:

	Contas a receber (Nota 4)		Fornecedores (Nota 10)	
	2023	2022	2023	2022
Metallurg	10.160	-	4.163	5.848
AMG ALD	-	172	-	-
AMG Aluminum NA	770	751	-	-
AMG Titanium Alloys & Coatings	3.016	6.955	-	-
AMG Aluminum UK	2.392	4.826	5	67
AMG Aluminum Mexico	2.997	3.130	232	150
AMG Aluminum China	15	1.163	-	-
AMG Vanadium	845	-	-	-
AMG NV	39	48	370	53
	20.234	17.045	4.770	6.118

Operações de compra e venda de mercadorias e serviços: No decorrer de suas operações, a Companhia realizou transações de compra e venda de matérias-primas e produtos acabados, respectivamente, entre as suas partes relacionadas. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Companhia e as partes relacionadas.

**Despesas compartilhadas:** Refere-se ao compartilhamento global das despesas corporativas do Grupo AMG. Tais despesas são determinadas conforme horas trabalhadas em prol da Companhia e outros critérios de rateio, e foram registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" (vide nota explicativa nº 21). **Empréstimos de mútuo:** Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia quitou junto à sua controladora, AMG N.V., o montante de US\$13.710.000,00, de empréstimos de mútuo (US\$23.000.000,00 quitados durante o exercício findo em 31/12/2022), encerrando tal operação. Tais empréstimos foram inicialmente captados principalmente entre os exercícios de 2016 e 2020, e foram utilizados para suprir suas necessidades de caixa da Companhia no que se refere a construção da planta SP1 e capital de giro. Os encargos financeiros de tais operações eram de 6,47% ao ano, pagos anualmente. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31/12/2022, a Companhia abateu o montante de R\$3.428, de empréstimos de mútuo referente a transferência para sua controladora, AMG N.V., e que posteriormente foram vendidos a terceiros, ativos relacionados ao processamento de concentrado de tântalo. Tal valor é suportado por laudo técnico de avaliação elaborado por engenheiro independente (vide nota explicativa nº 8). A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>221.437</b>	<b>221.437</b>
Transferência	(3.428)	-
Juros incorridos (Nota 23)	8.588	-
Variação cambial	(15.288)	-
Amortização de principal	(118.339)	-
Amortização de juros	(13.496)	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>79.474</b>	<b>79.474</b>
Juros incorridos (Nota 23)	297	-
Variação cambial	(366)	-
Amortização de principal	(71.203)	-
Amortização de juros	(8.203)	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que abrangem os seus Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada e benefícios, no montante total de R\$9.249 no exercício findo em 31/12/2023 (R\$8.220 no exercício findo em 31/12/2022). Os principais executivos da Companhia também são incorporados ao plano de pagamento baseado em ações de sua controladora.

**19. Receita operacional líquida:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita operacional líquida. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada na demonstração de resultado do exercício, é a seguinte:

	2023	2022
Receita bruta de vendas	-	-
Terceiros	36.332	40.384
Feldspato	179.599	133.224
Tântalo	1.410.925	1.337.896
Lito	283.835	347.780
Alumínio	98.219	105.114
Químicos	924	835
Energia	6.138	1.255
Outros	2.018.272	1.966.488
Partes relacionadas (Nota 18)	-	-
Tântalo	98.411	-
Lito	23.863	60.179
Alumínio	18.986	22.284
Químicos	141.260	82.463
	2.159.532	2.048.951

Deduções da receita bruta

	2023	2022
Imposto incidente sobre vendas	(60.138)	(76.939)
Devoluções	(12.514)	(24.481)
Receita líquida	2.086.880	1.947.531

**20. Custo dos produtos vendidos:**

	2023	2022
Custos com serviços	(145.044)	(117.392)
Matérias	(234.103)	(289.246)
Custos com pessoal	(105.384)	(91.354)
Depreciação e amortização	(32.158)	(30.714)
Custos com manutenção	(36.118)	(32.719)
Energia	(69.449)	(71.495)
Seguros	(83.564)	(38.258)
Outros	(22.477)	(20.748)
	(728.297)	(691.926)

**21. Despesas gerais e administrativas:**

	2023	2022
Despesas comerciais	(60.045)	(103.030)
Despesa com serviços	(10.088)	(7.009)
Despesa com pessoal	(35.243)	(28.228)
Despesas corporativas (Nota 18)	(16.648)	(13.848)
Contribuição federal de exploração mineral	(32.399)	(29.449)
Contribuições e doações a comunidade	(7.121)	(1.340)
Depreciação e amortização	(787)	(755)
Seguros	(1.655)	(1.230)
Outros	(9.556)	(7.367)
	(173.542)	(192.256)

**22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:**

	2023	2022
Provisão para impairment (Nota 8)	(445)	(49)
Baixa líquida de imobilizado (Nota 8)	(6)	(1.689)
Impostos federais e estaduais (a)	3.170	(2.508)
(Provisão) reversão de custos de recuperação ambiental (Nota 13)	(3)	145
Despesas com geologia (c)	(2.166)	(288)
Obrigações com sócio participante em SCP (Nota 16)	(10.014)	-
Outras receitas (despesas) (b)	(3.352)	4.584
	(12.816)	195

(a) Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia registrou nesta rubrica o montante de R\$2.525 referente ao crédito de PIS e COFINS sobre combustíveis, ao qual a Companhia passou a ter direito após a alteração da lei nº 14.592, de 30/05/2023. Adicionalmente, no exercício findo em 31/12/2022, a Companhia registrou nesta rubrica o montante de R\$4.588 referente a provisão para débitos de ICMS diferido. (b) Durante o exercício findo em 31/12/2022, a Companhia transferiu para sua controladora, AMG N.V., e que posteriormente foram vendidos a terceiros, ativos relacionados ao processamento de concentrado de tântalo, pelo valor de R\$3.428, conforme laudo técnico de avaliação elaborado por engenheiro independente (vide nota explicativa nº 18). (c) Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia aumentou seus gastos para avaliação e viabilidade de novas áreas de exploração, próximas a sua atual operação e em outras regiões.

**23. Resultado financeiro:**

	2023	2022
Receita financeira	-	-
Juros sobre créditos fiscais (a)	248	8.444
Juros sobre impostos antecipados	65	69
Juros de clientes / descontos de fornecedores	441	267
Rendimentos sobre aplicações financeiras e conta movimento	5.355	1.440
Outros	340	138
	6.449	10.358

**Mútuos**

	2023	2022
Juros sobre operação de mútuo (Nota 18)	(297)	(8.588)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(1.669)	(8.735)
Juros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	1.970	5.293
Atualização da prov. para reabilitação ambiental (Nota 13)	(2.414)	(1.723)
Impostos sobre operações financeiras	(1.384)	(119)
Swap sobre empréstimos (Nota 24)	2.822	8.294
Tarifas bancárias	(180)	(176)
Juros sobre provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 12)	(2.889)	(1.937)
Comissão sobre fianças	(526)	(677)
Perdas com aplicações financeiras	-	(858)
Outros	(73)	(1.412)
	(4.640)	(10.638)
Variações cambiais	(21.419)	(12.211)
Resultado financeiro	(19.610)	(12.491)

(a) Durante o exercício findo em 31/12/2022, foi revertida nesta rubrica provisão no montante de R\$8.149 referente a natureza contingente de créditos de PIS e COFINS sobre a inclusão do valor do ICMS na sua base de cálculo, devido ao aproveitamento de tais créditos e término de sua natureza de ativo contingente.

**24. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, adiantamentos a fornecedores, instrumentos financeiros derivativos e depósitos judiciais. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, empréstimos de partes relacionadas, salários, provisões e encargos sociais, impostos, taxas e contribuições a recolher, provisão para reabilitação ambiental, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. A Administração da Companhia entende que o valor justo de seus instrumentos financeiros ativos e passivos se aproximam de seu respectivo valor contábil. Os riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos: **Gestão de capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. **Risco de caixa e aplicações financeiras:** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, minimizando seus riscos. **Risco de crédito:** A Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Administração da Companhia considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (vide nota explicativa nº 4). **Risco de liquidez:** Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descausamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. Para os próximos 12 meses, existem disponibilidades para suportar as operações. **Compromissos contratuais:** Os compromissos contratuais da Companhia de longo prazo correspondem substancialmente à empréstimos com terceiros e despesas de arrendamento (vide nota explicativa nº 11) e partes relacionadas (vide nota explicativa nº 18), e prestadores de serviços, principalmente relacionados a mineração, e fornecedores de matérias primas e de ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 10). **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados ou diminua as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31/12/2018, a Companhia contratou a operação de swap junto ao Citibank com o objetivo de efetuar a proteção contra variação do Real frente ao Dólar Norte Americano e também da variação do IPCA no empréstimo obtido junto ao Banco BDMG. Esse contrato foi encerrado durante o exercício findo em 31/12/2023, e previa que a Companhia troque a taxa de juros do empréstimo do Banco BDMG de 7,56% ao ano mais a variação do IPCA e variação do Dólar Norte Americano, para uma conversão fixa a R\$/US\$ 3,99 e taxa fixa de juros de 8,53% ao ano. Durante o exercício findo em 31/12/2020, a Companhia contratou a operação de swap junto ao Citibank e Itaú com o objetivo de efetuar a proteção contra variação do Real frente ao Dólar Norte Americano e também da variação do IPCA no empréstimo obtido junto ao Banco BNDÉS. Esse contato prevê que a Companhia troque a taxa de juros do empréstimo do Banco BNDÉS de 3,26% ao ano mais a variação do IPCA e variação do Dólar Norte Americano, para uma conversão fixa a R\$/US\$ 5,12 e taxa fixa de juros de 5,17% ao ano. Durante o exercício findo em 31/12/2

AMG Brasil S.A.										
	Cenário I - Cenário provável		Cenário I - deterioração de 25%		Cenário II - deterioração de 50%		Nota	Nível	Valor contábil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022			2023	2022
<b>Risco de taxa de câmbio</b>										
Saldos de balanço										
Taxa do US\$ em 31/12/2023	4.84		4.84		4.84					
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress	5.00		3.75		2.50					
Diferenças entre as taxas	0.16		(1.09)		(2.34)					
Exposição cambial líquida em 31/12/2023 - Ativa (Passiva)	(98.175)		(98.175)		(98.175)					
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)/ganho	644		(5.901)		(18.991)					
Exposição cambial líquida em 31/12/2023	(97.531)		(104.076)		(117.166)					
<b>Operações de swap</b>										
Taxa do US\$ em 31/12/2023	4.84		4.84		4.84					
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress	5.00		6.25		7.50					
Diferenças entre as taxas	0.16		1.41		2.66					
Exposição cambial líquida em 31/12/2023 - Ativa (Passiva)	466		466		466					
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)/ganho	(3)		(2)		(34)					
Exposição cambial líquida em 31/12/2023	463		444		432					
<b>Risco de preço de commodities</b>	Cenário I - Cenário provável		Cenário I - deterioração de 25%		Cenário II - deterioração de 50%					
LME US\$/mt em 31/12/2023	2.207		2.207		2.207					
LME estimada conforme cenários de stress	2.168		2.710		3.252					
Diferenças entre as taxas	(39)		503		1.045					
<b>Non-Deliverable Forwards - NDF</b> (nocinal contratado) em 31/12/2023 - toneladas de alumínio primário	3.215		3.215		3.215					
Efeito no Custo das vendas em R\$ - ganho / (perda)	127		(1.309)		(2.267)					
Exposição cambial líquida em 31/12/2023	(563)		(1.999)		(2.957)					
<b>Hierarquia de valor justo:</b> A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • <b>Nível 1</b> - Preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • <b>Nível 2</b> - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • <b>Nível 3</b> - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Em 31/12/2023 e 2022, os instrumentos financeiros estão avaliados conforme demonstrado abaixo:										
<b>Em milhares de reais</b>	Nota		Nível		Valor contábil					
<b>Ativos financeiros</b>					2023		2022			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2	104.518		447.957					
Contas a receber e outros recebíveis	4	2	113.883		91.463					
Tributos a recuperar	6	2	57.735		29.628					
Instrumentos financeiros derivativos *	24	2	633		379					
Depósitos judiciais	7	2	7.869		7.006					
<b>Passivos financeiros</b>										
Contas a pagar	10	2			68.901			63.417		
Empréstimos bancários	11	2			11.491			72.873		
Empréstimos de partes relacionadas	18	2			-			79.474		
Salários, provisões e contribuições sociais		2			27.919			22.956		
Impostos, taxas e contribuições fiscais a recolher		2			11.118			13.065		
Provisão para reabilitação ambiental	13	2			39.358			22.421		
Instrumentos financeiros derivativos *	24	2			857			2.453		
Provisão para riscos	12	2			36.802			28.195		
					196.446			304.854		
<p>(*) Instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados. De acordo com o CPC 48, esses instrumentos financeiros foram designados como mensurados a valor justo em (VJR) porque são administrados com base nos seus valores justos e seus desempenhos são monitorados nesta base. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de preços de commodities é determinado com base nos preços futuros na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.</p> <p><b>25. Cobertura de seguros:</b> A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos para delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Suas principais apólices de seguro, para danos materiais de seus estoques e ativo fixo, e de lucros cessantes, são negociadas e acordadas para cobrir suas operações nos municípios de São João Del Rei e Nazareno. Para o exercício findo em 31/12/2023, essas apólices possuem limite máximo de indenização de R\$1.2 bilhão (R\$600 milhões para o exercício findo em 31/12/2022).</p> <p><b>26. Transações que não afetam caixa:</b> Os seguintes ajustes foram realizadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31/12/2023 por não afetarem caixa: • Aporte de R\$3.418 na SCP Tântalo pelo sócio participante em máquinas e equipamentos; • Ajustes de conversão de moeda de apresentação, no montante de R\$63.332 no ativo imobilizado (R\$55.296 no exercício findo em 31/12/2022) e R\$8.104 no ativo intangível (R\$7.651 no exercício findo em 31/12/2022); • Constituição de provisão para reabilitação ambiental capitalizada no imobilizado, no montante de R\$14.519 (R\$3.272 no exercício findo em 31/12/2022); • Compensação de créditos fiscais no pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes, no montante de R\$4.613 (R\$28.940 no exercício findo em 31/12/2022). • Compensação de adiantamento de clientes no montante de R\$57.516 referente a receitas incorridas em 2023 cujo pagamento ocorreu de forma antecipada em exercícios anteriores.</p>										
<p><b>Fabiano José de Oliveira Costa</b> - Diretor Presidente  <b>Marcelo Pacheco de Mattos</b> - Diretor Financeiro  <b>Guilherme Carvalho de A. Vieira</b> - Contador - CRC MG 107.569/0-7</p>										
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>										
<p>Aos Acionistas e Diretores da <b>AMG Brasil S.A.</b>, Nazareno - MG. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da AMG Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMG Brasil S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>										
<p>Belo Horizonte, 28/03/2024</p>										
<p><b>KPMG</b>  <b>Auditores Independentes Ltda.</b>          CRC SP-014428/O-6 F-MG</p>										
<p><b>Mateus Cunha Figueiredo</b>  <b>Contador</b>          CRC MG-105612/O-0</p>										

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5017-54B2-F41A-5430> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5017-54B2-F41A-5430



### Hash do Documento

4IOsohnl2S1iL9FZm3VeYJeySqj/s/lhBb/ELfQaLYI=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 10/04/2024 23:14 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

